

Billy Elliot – O amor como superação

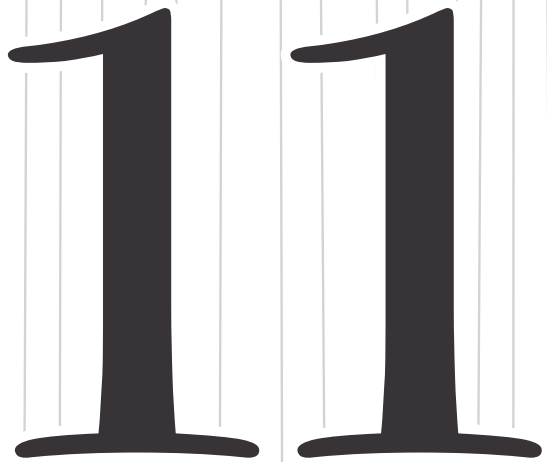
Billy Elliot: Love as overcoming

Fátima Perurena

Professora da Universidade Federal de Santa Maria

Doutorado em Ciências Sociais/Sociologia PUC/SP

fperurena@gmail.com



Resumo

Este artigo se propõe fazer uma discussão sobre o filme *Billy Elliot* a partir de uma abordagem sociológica ancorada nos conceitos teóricos de gênero e patriarcado. O filme conta a história de um menino filho de mineiro na Inglaterra machista e thatcheriana, que ousou sonhar e conseguiu ser bailarino. Para fins deste trabalho entende-se, concordando com Saffioti (2004), o conceito de gênero como abrangendo toda a história da humanidade e o de patriarcado tendo uma datação histórica – em torno dos últimos sete milênios. Tais conceitos podem e devem ser usados conjuntamente, pois um complementa o outro.

Palavras-chave: Gênero. Patriarcado. Ciência cartesiana.

Abstract

This article proposes a discussion about the film *Billy Elliot* from a sociological approach, anchored in the theoretical concepts of gender and patriarchy. The movie tells the story of a boy, son of a miner in the sexist and Thatcherist England, who dared to dream and managed to be a ballet dancer. In this work the concept of gender is understood, agreeing with Saffioti (2004), as covering the entire history of humanity, and the concept of patriarchy as having a historical dating – around the last seven millennia. Such concepts can and should be used together, because they complement each other.

Keywords: Gender. Patriarchy. Cartesian Science.

O filme

Billy Elliot conta a história de um menino filho de um trabalhador de minas, um homem aparentemente grosseiro, machista, insensível. Poderia se pensar que Billy, com onze anos, tendo um pai como esse, direcionaria sua vida seguindo o caminho profissional paterno. Os condicionamentos sociais, já se sabe, são extremamente fortes no sentido de apontarem caminhos a serem percorridos. Entretanto, Billy, ouvindo seu *daimon*, como diria Hillman (1997), resolveu enveredar por uma trilha que quebrava padrões para o lugar e a sociedade em que vivia.

Em uma de suas idas às aulas de boxe, que seu pai o obrigava a frequentar, ele vê meninas ensaiando *ballet* sob a orientação de uma professora. Desse momento em diante, o que parecia previsível mostrou-se equivocado. Billy se encanta com os passos da dança, e a professora se encanta com o talento para a arte que percebe no menino, de certa forma predestinado para o trabalho braçal. A partir do encontro entre o aluno e a professora, passou a haver um desenrolar de mentiras ditas por Billy ao pai, escondendo que não estava frequentando as aulas de boxe, mas as de *ballet*. Como toda verdade um dia aparece, não tardou para que o pai de Billy descobrisse suas mentiras. Primeiro, enfureceu-se, mas, reconhecendo o talento do filho, deixou-se envolver pelo amor que sentia por ele, que ousava ser diferente em relação a todo o mundo masculino que o rodeava. Billy, com sua ideia de vir a ser bailarino, invadia o universo feminino, questionando padrões masculinos muito arraigados.

O interessante na história é que não foi somente a família de Billy que se envolveu em conseguir o dinheiro da passagem até Londres para que o garoto pudesse prestar exame, mas também as pessoas envolvidas com essa família. Há que se salientar, no entanto, o papel do pai em todo esse processo. Quando foi considerado um fura-greve, passou a ser chamado de maricas. Naquele momento, o pai, em vez de ouvir seu ego machista, certamente deve ter ouvido sua alma, que só lhe falava do amor que sentia pelo filho. Pode-se dizer que a história de *Billy Elliot* é a história do amor que supera tudo, sobretudo os fortísimos condicionamentos sociais marcados claramente por relações de gênero.

Billy Elliot pela ótica de gênero

Desde que Simone de Beauvoir escreveu *O Segundo Sexo* e afirmou que uma mulher não nasce mulher, mas se torna mulher, muita teoria já foi criada buscando explicar as desigualdades entre homens e mulheres. Nesse

sentido, mulheres, na academia, procuraram, desde então, trabalhar sobre seu próprio mundo – o mundo feminino. Assim, os primeiros estudos intelectuais foram especificamente sobre mulheres, categoria que não somente necessitava ser explicada, mas poderia e deveria ser mote de transformações. Criou-se, inclusive, uma área de investigação acadêmica – a área sobre mulheres. Os homens foram ignorados.

Após o início dado por Beauvoir, os estudos se proliferaram a partir da Europa e dos Estados Unidos. O Brasil, seguindo essa rota europeia e americana, também introduziu na academia a grande área de estudos sobre mulheres. Entretanto, já estava embutida no entendimento de Beauvoir a novidade que viria marcar definitivamente aquilo que antes era chamado de estudos sobre mulheres, a saber, o conceito de gênero, o qual vem sendo utilizado por feministas de fala inglesa há praticamente três décadas.

Embora o conceito de gênero esteja envolto em bruma e areia movediça ao mesmo tempo, há certo consenso ao seu redor no que tange ao fato de este ser construído socialmente, embora eventualmente apareçam posturas teóricas essencialistas vinculando a mulher à natureza e o homem à cultura. A rigor, o que algumas feministas estão querendo dizer quando se referem a gênero é mais ou menos o que Lerner (1987, p. 10) coloca quando afirma: “Sexo é o dado biológico para homens e mulheres. Gênero é a definição cultural do comportamento definido como apropriado aos sexos em uma dada sociedade em um dado tempo. Gênero é um conjunto de papéis culturais; portanto é um produto cultural que muda com o tempo”. Ou Lorber (1994, p. 5), autora para a qual o gênero seria “[...] como um processo de construção social, um sistema de estratificação social e uma instituição que estrutura todos os aspectos de nossas vidas devido a sua incrustação na família, no lugar de trabalho, e no estado, bem como na sexualidade, linguagem e cultura”.

Para fins deste trabalho, deixa-se claro, antes de qualquer coisa, que os seres humanos, homens e mulheres, são constituídos sob três grandes marcas sociais – classe, etnia e gênero –, não havendo primazia de um sobre o outro. A conjuntura histórica que se quer investigar determinará a preeminência de um eixo sobre os outros dois em permanente interação. Uma ressalva epistemológica deve ser feita. Grande parte das teorias feministas insiste no recurso metodológico que Saffioti (1992) chamou de *nó* – em que as contradições sociais são colocadas nas categorias de gênero, etnia e classe. No entanto, quando se vai para o mundo empírico, vê-se a dificuldade de compreender/explicar os humanos como espelhos dessa complexidade ancorada naquelas subestruturas sociais, por exemplo. No filme *Billy Elliot*

aparece, então, de forma muito clara, a estruturação de gênero, embora, como se sabe, estivessem também as relações de classe a pautar o roteiro – o pai e o irmão de Billy são trabalhadores das minas de carvão e estão em processo de greve à época da política liberal de Margareth Thatcher.

É interessante chamar a atenção para a primazia dada à participação masculina no roteiro. Billy é órfão de mãe, tendo sido criado por um pai, que não teve outra mulher, uma avó muito velha, que praticamente não opina sobre qualquer assunto, e o irmão, tão ou mais machista que o próprio pai. Note-se que, geralmente, e para isso se quer dar importância, o que se chama de relações de gênero diz respeito ao mundo das mulheres. Os estudos e a temática sobre mulheres foram substituídos pela temática de gênero. O conceito mudou, passando a não mais se referir àqueles estudos, na medida em que a investigação acadêmica estava voltada para as relações de gênero, entendido, grosso modo, como o construto social que normatiza as relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens. Mas a precedência, na verdade, era dada, e ainda é, em boa medida, aos estudos voltados para mulheres, sempre com o sentido de dirimir desigualdades milenares existentes. Saliente-se o cuidado que se deve ter ao associar o movimento feminista moderno à luta pela igualdade em relação aos homens. A esse respeito, Tina Chanter (2011, p. 16) afirma:

Torna-se claro então que um pressuposto implícito engastado na ideia de que as feministas devem lutar pela igualdade com os homens é o de que as mulheres buscam igualdade com os homens privilegiados. Já que o privilégio se manifesta de modos que tipicamente beneficiam identidades brancas, de classe média e heterossexuais, definir o feminismo em termos de igualdade é, para todos os efeitos, engastar na definição de feminismo hipóteses de privilégio que desde o começo enviesam tal definição.

Na realidade, o debate não saiu muito do conceito fornecido por Lerner e Lorber, citadas acima; de um lado, estão as essencialistas biológicas (que veem o gênero como resultado da diferença biológica), do outro, as essencialistas sociais (que veem o gênero apenas como construção social) e, ainda, as que se pode chamar de ultraessencialistas sociais ou pós-modernas (que veem tanto o gênero quanto o sexo como construção social). De outra forma, acredita-se que o conceito de gênero, criado para substituir os estudos sobre mulheres, e deixando claro seu caráter social, não deu conta, e ainda não dá, do mundo dos homens também. Na teoria, gênero quer dizer relações sociais, na prática trata-se, na verdade, apenas do mundo feminino. Machado

(1992, p. 9) declara: “A noção de gênero aponta para o caráter implicitamente relacional do feminino e do masculino”, deixando entender que gênero não diz respeito apenas a mulheres, mas a homens também. Entretanto, em um texto do mesmo ano, a autora afirma: “Os estudos de mulher e/ou de gênero acompanham as mudanças, flutuações e divergências temporais e espaciais dos movimentos feministas do mundo francês e anglo-saxônico [...]” (MACHADO, 1992a, p. 24). As conjunções *e/ou* deram o tom do que se está afirmando e questionando.

Assim, efetivamente, houve a substituição. Não se falou mais em estudos sobre mulheres, mas em estudos de gênero, embora o gênero, enquanto conceito, dizia respeito, na verdade, apenas às mulheres. Os homens, ainda que evidentemente onipresentes no esquema de dominação de gênero, estavam “excluídos” da sociedade. Partindo de uma leitura do marxismo feita através de um monóculo, muita gente pareceu ter descoberto *a verdade* que se escondia atrás da palavra gênero, deixando de lado, inclusive, a classe – categoria central no pensamento materialista de vertente marxista –, embora muitos tenham feito o esforço de equipará-la a esta, como é o caso de MacKinnon (1989) e Saffioti (1992), que tentaram tirar o gênero do caminho de mão única que estava começando a trilhar. Se o marxismo tinha explicado as desigualdades sociais apoiado no conceito de classe, certamente as desigualdades de gênero poderiam obter apoio teórico no conceito vinculado a essa subestrutura. No entanto, aqui não era mais o proletariado enquanto classe que teria o poder de transformar a sociedade, mas as mulheres enquanto gênero.

Pergunta-se: quem hoje se habilitaria, conscientemente, a representar o melhor do ideal humano no sentido de um potencial transformador? – qual classe, qual gênero, qual etnia? Sabe-se o quão perigoso é assumir uma determinada teoria como dogma, assim como fazem algumas correntes feministas até hoje. Nesse sentido, lembra-se, aqui, da afirmação de Rouanet (1987, p. 20): “Temos de reformular a frase de Goethe: 'cinzenta é toda teoria, e verde apenas a árvore esplêndida da vida'. Verde é toda teoria que liberta a vida, e cinzenta toda vida que se fecha à razão”. A teoria, como quer esse autor, e com quem se concorda, deve servir para a libertação da vida, para tornar possível sua compreensão, a fim de que todos possam ser mais donos de seu próprio destino.

Teorias interpelam a todos, aceitando-se aquelas que parecem melhor responder às perguntas de determinados momentos. Em seu estudo sobre o patriarcado, Lerner (1987) relata questões a esse respeito. Sob a influência de teorias marxistas, antes de tomar contato com os dados empíricos, ela teria

visualizado o surgimento do patriarcado como um tipo de “derrubada” revolucionária que alterou visivelmente as relações de poder existentes na sociedade. A sequência de eventos que ela havia imaginado verdadeira não foi ao encontro dos dados encontrados. Não havia qualquer evidência de “derrubada”: “O período de 'estabelecimento do patriarcado' não era um 'evento', mas um processo desenvolvido em um período de aproximadamente 2500 anos, de 3100 a 600 a.C. Mesmo no Antigo Oriente Próximo, ele ocorreu em diferentes ritmos, em diferentes épocas e em várias sociedades diferentes” (LERNER, 1987, p. 8). Lerner “viu” e “ouviu” os dados, o que lhe permitiu, entre outras coisas, contestar o clássico estudo de Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Dando continuidade às suas investigações, Lerner, por permitir-se “ouvir” seus dados sem a interferência ideológica da teoria, pôde afirmar o que segue: “O *insight* de que a religião foi a primeira arena na qual as mulheres lutaram por centenas de anos pela consciência feminista não foi alguma coisa que eu tivesse tido previamente... Eu ouvi as vozes esquecidas das mulheres, e aceitei o que elas tinham a me dizer” (LERNER, 1993, p. 7-8). A afirmação de Lerner pode não agradar a ouvidos dogmáticos, mas como negar a evidência dos dados? Para ela, o surgimento da consciência feminista, que muito estudo reivindica como resultado do movimento feminista da década de 1960, na verdade, se dá nas relações que as mulheres tinham com o Divino na idade média.

Faz-se necessário, aqui, uma breve inflexão para comentar sobre o relevante papel que tiveram as místicas do período medieval, não sem antes mencionar a influência da filosofia grega antiga (via Aristóteles), em primeiro lugar, e mais tarde da teologia judaico-cristã na construção do androcentrismo (WILSHIRE, 1997). Concordando com Wilshire (1997), Bem (1993, p. 56) afirma: “[...] tanto a ênfase na razão e na democracia quanto a exclusão androcêntrica das mulheres da esfera pública derivaram-se, no mínimo em parte, dos gregos antigos”. A exclusão das mulheres de todas as instituições públicas, através do paulatino estabelecimento do patriarcado, proporcionou a elas, entre outros fatores: (1) a separação entre sexualidade e reprodução; (2) a separação umas das outras pelas barreiras de raça e classe; e (3) a retirada da espiritualidade das mulheres, quando se promoveu o destronamento das deusas e suas práticas religiosas foram demonizadas. Assim, com bastante razão, Flinders (1998) advoga para Teresa de Ávila e Clara de Assis o papel das verdadeiras mães fundadoras do feminismo contemporâneo.

Ratificando o entendimento de Bordo (1987) sobre a masculinização do pensamento cartesiano, Flinders (1998) chama a atenção para as

características do discurso de Julian de Norwich: não havia neste as “clássicas” separações/dualidades, mas um poderoso caminho em direção à unidade que aparecia, entre outros, no entrelaçamento criador/criatura. O caminho místico empoderava mulheres, de tal forma que elas desafiavam as prescrições patriarcais, tanto as de origem nobre, como Hildegard de Bingen, quanto as pertencentes a setores populares da época, como Margery Kempe (LERNER, 1993). Assim, pode-se “[...] definir o misticismo como um modo de pensamento alternativo ao patriarcal. Se isto é verdadeiro, faz sentido então o fato deste apelo a mulheres em um período de levantes sociais, quando caminhos de autorrealização e expressão religiosa eram restritos a elas” (LERNER, 1993, p. 77).

Passado muito tempo, entre as místicas do medievo e a década de 1980, num texto de 1983, Sandra Harding questionou por que o sistema de sexo-gênero havia se tornado visível apenas naquele momento. Essa pergunta não exclui a afirmação de Lerner a respeito do surgimento da consciência feminista. Com efeito, as relações de gênero não eram visíveis na idade média, pois, de acordo com Lerner(1993), nessa época algumas mulheres recém começavam a rebelar-se contra o patriarcado mediante relações com o Divino. O que importa é que, introduzido o referencial teórico de gênero, era como se continuasse tudo como antes, no entanto agora havia um conceito mais abrangente que permitia discutir, entre outras coisas, a questão de poder que está posta nas relações sociais entre homens e mulheres, possibilitando, ainda, é verdade, desnaturalizar desigualdades construídas socialmente.

Voltando ao conceito de gênero proposto por Lorber (1994), pensa-se que o interessante a ser retido de sua conceituação é o caráter do gênero como instituição, o que, conseqüentemente, leva à seguinte pergunta: já não se tem o patriarcado como uma instituição que dá conta das relações de gênero? A autora em questão defende que o gênero necessita de uma definição precisa sob pena de tomar a forma do patriarcado. Para ela, gênero não é sinônimo de patriarcado, visto que a dominação não é homogênea nas diferentes culturas e pode ficar esmaecida na forma em que está inserida naquele conceito. Assim, Lorber (1994) recoloca o debate teórico instaurado por correntes teóricas feministas a respeito da potencialidade heurística dos conceitos de gênero e patriarcado.

O patriarcado tem sido criticado por vários motivos (ALMEIDA, 1998), embora não possa deixar de ser comentado, dada sua importância para o entendimento da sociedade em que se vive (JOHNSON, 1997).

Saffioti (1992) esclarece que, apesar de não se poder usar o termo patriarcado *tout court*, nada impede que ele seja reconceituado. “O patriarcado pode, por exemplo, ser pensado como um dos esquemas de dominação-exploração componente de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo” (SAFFIOTI, 1992, p. 194). Substituindo a palavra patriarcado por gênero, pode-se concluir que Saffioti estaria dando àquele o mesmo entendimento para o último? Claramente, a resposta é não. Apesar do privilégio da categoria gênero na maior parte de seus escritos, essa autora, na verdade, nunca deixou de entender o patriarcado como um referencial teórico de fundamental importância, já que o coloca como um recurso complementar para a compreensão das relações de gênero.

Rosalind Coward (1982) também chama a atenção para o cuidado que se deve ter no uso indiscriminado desse construto social. Apesar de ser evidente que esse fenômeno é mais complexo do que parece à primeira vista, ela afirma que é a organização do domínio sexual que cria e sustenta o poder dos homens. “A subordinação das mulheres está assegurada porque a identidade é construída como identidade sexual, e a identidade sexual é o mecanismo em que homens e mulheres combinam em uma união que subordina as mulheres” (COWARD, 1983, p. 285).

Caminhando nas trilhas de Coward (1983), Dimen (1997) entende que o patriarcado é um sistema de dominação como o racismo, a estrutura de classes, o colonialismo, mas difere destes e de outros por ir direto ao desejo, integrando as relações sociais e psicológicas. Para essa autora, o sexo passa pelas categorias da natureza, psique e cultura, não estando, pois, ancorado em nenhuma especificamente, uma postura que não se deixa levar pelo que se está chamando de essencialismo social. Compreender a complexidade do patriarcado requer, segundo Dimen (1997), que se crie uma teoria que junte psique e sociedade, uma teoria que, na verdade, suplante as bases estabelecidas da ciência cartesiana. Essa proposta, do fim da ciência cartesiana, está longe do fim, mas há quem diga que se vive um momento de transição paradigmática – em que se observam os sinais de outras maneiras de fazer ciência paralela às formas estabelecidas (SANTOS, 2000), assim como há quem discorde (PERURENA, 2001).

O patriarcado, a dominação do macho e a opressão de gênero são fatos relativamente recentes na história da humanidade (LERNER, 1987), surgindo entre 3100 e 600 a.C. Se o patriarcado é um fato histórico, tendo tido, portanto, um começo em uma situação em que havia uma relativa igualdade de gênero, há de se perguntar: o que aconteceu que fez com que tudo aquilo se

transformasse em controle e opressão das mulheres? Levando-se em consideração os dados apresentados por Lerner, o patriarcado estabeleceu-se de maneira diferente nas várias sociedades, e de modos também distintos no interior delas, como é o caso da Babilônia do segundo milênio antes de Cristo, em que a sexualidade das mulheres era absolutamente controlada pelos homens, paralelamente ao fato de algumas desfrutarem de grande independência econômica, direitos legais e altas posições na sociedade. Interessante observar que antes que esse processo de estabelecimento do patriarcado pudesse se instalar, mulheres desempenhavam papel ativo e respeitado, ao passo que mediavam as relações entre os humanos e os deuses, como sacerdotisas, videntes, adivinhadoras e curadoras. O poder de dar a vida, de resto admirado por todos até hoje, tinha um ar metafísico, e as mulheres, por esse motivo, eram extremamente respeitadas. No momento em que surgiu um Deus, “Senhor” e “Rei”, via monoteísmo hebreu, a quem foram atribuídos poderes de criatividade e de procriatividade, referido por Bem (1993) como uma das quatro metáforas que dão as bases para o androcentrismo, a sexualidade feminina, quando voltada para a procriação, passou a ser vista como mal, pecado. Por conta do exposto, Lerner (1987, p. 9) afirma que “esta desvalorização simbólica das mulheres em relação ao divino torna-se uma das metáforas fundadoras da civilização ocidental”.

Contrariando um pouco o que a maioria dos estudos aponta, Johnson (1997) afirma que a opressão das mulheres pode não ser o ponto principal do patriarcado, embora a entenda como parte fundamental deste. Mais do que qualquer outra coisa, o patriarcado está baseado no controle como o núcleo principal em torno do que sociedades inteiras estão organizadas. O que caracteriza o patriarcado como um sistema é o relacionamento dinâmico de controle e medo entre os homens. O ciclo de controle e medo que direciona o patriarcado tem muito mais a ver com as relações entre os homens do que com as relações entre homens e mulheres, já que são os homens que, ao se controlarem, controlam os outros enquanto homens. No patriarcado, “[...] o controle marca não apenas os largos contornos da vida social, mas também as vidas interiores dos homens. Ele faz isso através do lugar central que ocupa na definição de masculinidade: um homem verdadeiro é controlado, ou, no mínimo, dá a impressão de sê-lo” (JOHNSON, 1997, p. 27).

Um debate recorrente sobre patriarcado e relações de gênero é o da universalidade da subordinação feminina, o qual, de certa forma, cria uma discussão inócua que não leva a qualquer resposta procedente, podendo, sim, encaminhar para explicações de cunho essencialista biológico. Assim, o

fenômeno da assimetria sexual é aceito pelas correntes mais conservadoras que reivindicam a “naturalidade” da atribuição de diferentes papéis para homens e mulheres. Contudo, pergunta-se, em que bases? Em bases biológicas – aquelas que defendem que a maior força física dos homens, sua habilidade em desenvolver corridas mais rápidas, seu poder de carregar pesos maiores e sua maior agressividade fizeram com que se tornassem caçadores e, por conta dessas habilidades caçadoras, tornaram-se guerreiros. Essa é a explicação do fato de ainda hoje haver a ideia do homem provedor, daquele que alimentava sua tribo, sendo a mulher destinada à tarefa da procriação e educação da prole. Embora as mudanças estejam ocorrendo, parece que continua se repetindo a história de mais de três mil anos atrás. Essa teoria do homem provedor é negada por Lerner (1986). Assim, longe de a subordinação das mulheres ser universal e naturalizante, os estudos feministas têm mostrado que muitas sociedades não apresentam, ou não apresentaram, caráter de dominação ou subordinação das mulheres pelos homens. Nessas sociedades, os dois sexos assumiam tarefas complementares, sendo, em consequência desse fato, homens e mulheres também “complementares” – podendo ser diferentes seus papéis e *status*, não significando, porém, desigualdade (ROSALDO; LAMPHERE, 1979).

Apenas para dar um tom conclusivo ao debate estabelecido na academia entre os(as) defensores(as) dos conceitos de gênero ou patriarcado, chama-se a atenção que, para fins deste trabalho, se concorda com Saffioti (2004, p. 45) quando essa autora admite “[...] a utilização do conceito de gênero para toda a história, como categoria geral, e o conceito de patriarcado como categoria específica de determinado período, ou seja, para os seis ou sete milênios mais recentes da história da humanidade”.

Portanto, tendo como referencial o exposto acima, e voltando à problemática colocada por *Billy Elliot*, é preciso lembrar o quanto a cultura “informa” e forma, podendo, na maioria das vezes, quase funcionar como alguma coisa biológica, no sentido de praticamente não fornecer caminhos para mudanças. Todos sabem o quanto dados internalizados na infância vão fazer parte do mundo de escolhas a serem feitas na vida adulta, lembrando-se aqui dos processos comunitários, sociologicamente falando. Nesse sentido, chama-se a atenção, aqui, para o fato de que a teoria ajuda sobremaneira na compreensão do comportamento humano, mas a realidade é sempre mais rica, podendo, em várias situações, como é o caso da história contada no filme, fugir completamente do que seria considerado “normal”. Nessa perspectiva, o pai de Billy poderia ter se oposto terminantemente à ideia do filho de dedicar-se à dança, impedindo-o de continuar a carreira artística.

Na realidade, Billy lutava pelo que queria ser, o que era difícil naquela sociedade machista, mas o irmão e o pai de Billy lutavam contra algo maior, situação extremamente mais difícil do que a do protagonista. E aqui a realidade se impõe à teoria, quando a cultura é deixada de lado por conta do amor que sentem pelo filho e irmão. Billy tinha o direito de ser o que queria ser, fugindo aos padrões estabelecidos da ordem vigente de gênero que o encaminhava para uma profissão, a do pai e do irmão, indo de encontro ao que um homem devia fazer naquela comunidade: ser mineiro nas minas de carvão da Inglaterra conservadora tatcheriana.

A cultura, a despeito do que está subentendido em muitos manuais de divulgação da ciência, molda o comportamento humano, podendo levar, inclusive, as pessoas a adquirirem determinadas doenças que de outra forma não teriam. Romper padrões culturais demanda, entre outras coisas, coragem pessoal e desprendimento. No caso do roteiro do filme *Billy Elliot*, mais do que esses quesitos, pode-se dizer que houve, acima de tudo, muito amor por parte do irmão e do pai, sobretudo desse último, que passou por fura-greve e maricas diante dos companheiros de trabalho. Esse dado, o do amor que supera condicionamentos sociais, remete à humildade que todo cientista deve ter em relação à sua melhor teoria. O ser humano é muito mais complexo do que qualquer recurso teórico/metodológico pensado por ele próprio.

Referências

- ALMEIDA, Suely Souza. *Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- BEM, Sandra L. *The lenses of gender: transforming the debate on sexual inequality*. New Haven; London: Yale University Press, 1993.
- BORDO, Susan. *The flight to objectivity*. Albany: State University of New York Press, 1987.
- CHANTER, Tina. *Gênero: conceitos-chave em filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- COWARD, Rosalind. *Patriarchal precedents: sexuality and social relations*. London; Boston; Melbourne; Henley: Routledge & Kegan Paul, 1982.
- DIMEN, Muriel. Poder, sexualidade e intimidade. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Org.). *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 42-61.
- FLINDERS, Carol Lee. *At the root of this longing: reconciling a spiritual hunger and a feminist thirst*. New York: Harper San Francisco, 1998.
- HARDING, Sandra. Why has the Sex/gender system become visible only now? In: HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill B. (Ed.). *Discovering reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology, and philosophy of science*. Dordrecht; Boston; London: D. Reidel Publishing Company, 1983.
- HILLMAN, James. *O código do ser*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- JOHNSON, Alan G. *The gender knot: unraveling our patriarchal legacy*. Philadelphia: Temple University Press, 1997.
- LERNER, Gerda. *The creation of patriarchy*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1987.
- _____. *The creation of feminist consciousness: from the Middle Ages to Eighteen-seventy*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1993.
- LORBER, Judith. *Paradoxes of gender*. New Haven; London: Yale University Press, 1994.
- MACHADO, Lia Zanotta. Introdução. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 9-14
- _____. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.24-38.
- MacKINNON, Catharine A. *Toward a feminist theory of the state*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

PERURENA, Fátima C. V. *Existe transição paradigmática?* Diálogo com Boaventura de Sousa Santos à luz de *o amor fazendo gênero*. Coimbra, Cadernos de Oficina do CES, 2001.

ROSALDO, Zimbalist; LAMPHERE, Louise. Introdução. In: ROSALDO, Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Coord.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.45-66.

ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.183-215

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

WILSHIRE, Donna. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p.101-125.